TRT 2ª Região – São Paulo

COMPARATIVO DO ORÇAMENTO PLOA 2016, LOA 2016, DOTAÇÃO AUTORIZADA DE 2016[1] E PL 2017

Com dados da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e Prodasen a partir do SIAFI/STN, foi realizado o presente Estudo sobre o orçamento relativamente aos valores do PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016, da LOA – Lei Orçamentária Anual de 2016, dotação inicial e dotação autorizada até o dia 27/09/2016, e o PLOA 2017, do **Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região – TRT 2**.

Neste caso, particularmente são importantes as tabelas do arquivo em Anexo.

Nelas, há vários comparativos, que por serem muito extensos, não há como transpô-las para este texto.

Serão utilizadas no presente texto, apenas uma parte das tabelas elaboradas. Assim para maiores informações e detalhes, pode-se consultar diretamente o arquivo em anexo.

Bem, como, o mesmo pode ser consultado para informações sobre a fonte de dados e metodologia utilizada.

Como as análises orçamentárias, podem de certa forma, mostrar dados parciais, optei por várias comparações, para uma maior, e melhor, abrangência do tema.

[1] Valores do Orçamento Autorizado até 27/09/2016.

Os comparativos são os seguintes:

-Comparativo dos PLOA de 2016 e 2017 – Essa comparação é relevante, pois traz as informações dos valores inicialmente propostos pelo Executivo, tanto do PLOA de 2016, quanto do PLOA de 2017.

-Comparativo dos Valores da Dotação Inicial de 2016 e do PLOA 2017 – Nessa comparação temos os valores iniciais que foram aprovados do orçamento de 2016 na LOA, em comparação com os valores propostos no PLOA de 2017.

-Comparativo dos Valores da Dotação Autorizada de 2016 e do PLOA 2017 – Nessa comparação temos os valores que estão sendo executados em 2016, **já com os créditos suplementares e/ou cancelamentos nas dotações até o dia 27/09/2016** e os valores propostos no PLOA de 2017.

Como explicado acima, vou utilizar neste texto, apenas os dados agrupados das despesas, por GND – Grupo de Natureza de Despesa, e Benefícios Sociais. Ao longo do mesmo, farei algumas observações especificamente sobre alguns Projetos/Atividade do orçamento.

Comparativo dos PLOA de 2016 e 2017

As Despesas relativas ao GND de *Pessoal e Encargos Sociais*, tinham um valor no PL de 2016 de R$ 1,827 bilhões. No PL de 2017 o montante é de R$ 1,853 bilhões. Assim houve uma elevação de R$ 26,1 milhões, ou de 1,43%.

Os valores correspondentes para o pagamento do novo PCS, bem como do provimento de cargos estão alocados, em 2017, no caso da Justiça do Trabalho – JT, no orçamento do CSJT – Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em dois Projetos/Atividade.

O primeiro denominado de *Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remuneração,* com dotação de R$ 1,579 bilhões.

E, o segundo de *Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos, Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações, a dotação é de R$ 236,2 milhões.*

Assim há um total de R$ 1,815 bilhões para os dois.

Nos Anexos do PLOA 2017, não há montante para os PLs de criação de cargos do TRT da 2ª. Região, embora exista para outros Regionais.

As Despesas do GND 3 - *Outras Despesas Correntes*, que envolvem as despesas administrativas do Tribunal, e os benefícios sociais, em 2016 no PL tinham o montante de R$ 371,8 milhões, e, em 2017, no PL, de R$ 388,2 milhões.

Ou seja, houve um aumento de 4,40%, mais R$ 16,3 milhões.

Nesse aumento de dotação, inclui o pagamento do *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Público,* ou Auxílio Moradia, em 2017, de R$ 26,7 milhões, que não estava previsto no PL de 2016, portanto, não havia nenhum montante no ano anterior para esse fim.

O Projeto/Atividade *Apreciação de Causas na JT,* que basicamente toda a dotação está inserida neste GND, teve uma diminuição de 7,44%, nesta comparação. E, é onde estão boa parte dos gastos administrativos do Tribunal, como manutenção em geral, terceirizações, e despesas administrativas.

Notadamente é a rubrica que mais apresenta problemas na execução do orçamento de 2016.

Os *investimentos* tiveram um aumento de 3,46%, passando de R$ 14,0 milhões, no PLOA de 2016 para R$ 14,4 milhões, no PLOA 2017.

GND	PLOA 2016	PLOA 2017	Diferença R$	Diferença %
Pessoal e Encargos Sociais	1.827.102.497	1.853.220.319	**26.117.822**	**1,43%**
Outras Despesas Correntes	371.850.435	388.206.887	**16.356.452**	**4,40%**
Investimentos	14.055.773	14.542.026	**486.253**	**3,46%**
Inversões Financeiras	-	-	-	-
TOTAL	**2.213.008.705**	**2.255.969.232**	**42.960.527**	**1,94%**

O *orçamento total* passou de R$ 2,213 bilhões para R$ 2,255 bilhões, ou aumento de R$ 42,9 milhões, 1,94% a mais, bem inferior a inflação que deve ocorrer em 2016[2].

Com relação aos Benefícios Sociais, – *Auxílio Funeral e Natalidade, Transporte, Alimentação e Assistência Médica e Pré-Escolar*, no PL de 2016 havia uma dotação de R$ 114,0 milhões.

No PL 2017 o montante é de R$ 122,7 milhões, portanto, com uma elevação de R$ 8,7 milhões ou de 7,68%, maior.

Aux. Fun. e Nat., Assist. Med., Assist. Pré-Escolar, Aux. Transp., e Aux. Alim.	PLOA 2016	PLOA 2017	Diferença R$	Diferença %
BENEFÍCIOS SOCIAIS	**114.015.588**	**122.772.444**	**8.756.856**	**7,68%**

A Assistência Médica e Odontológica teve aumento de 16,60%.

Comparativo da Dotação Inicial de 2016 e PLOA 2017

[2] Até o mês de agosto a inflação medida pelo ICV do DIEESE foi de 5,31%.

Conforme explicado anteriormente, a dotação inicial, é o valor que foi aprovado na LOA.

Não há alteração nas despesas de *pessoal e encargos sociais* com relação a análise acima:

> *" As Despesas relativas ao GND de Pessoal e Encargos Sociais, tinham uma dotação inicial em 2016 de R$ 1,827 bilhões. No PL de 2017 o montante é de R$ 1,853 bilhões. Assim houve uma elevação de R$ 26,1 milhões, ou de 1,43%....."*

As Despesas do GND 3 - *Outras Despesas Correntes*, que envolvem as despesas administrativas do Tribunal, e os benefícios sociais, em 2016 tinham dotação inicial de R$ 301,8 milhões, e, em 2017, no PL, de R$ 388,2 milhões.

Ou seja, houve um aumento de 28,60%, mais R$ 86,3 milhões[3].

Nesse aumento de dotação, inclui o pagamento do *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Público,* ou Auxílio Moradia, que no PL de 2017, o montante é de R$ 26,7 milhões, e a dotação inicial de 2016 era de R$ 52 mil.

O Projeto/Atividade *Apreciação de Causas na JT,* que basicamente toda a dotação está inserida neste GND, teve uma elevação de 37,77%, ou, R$ 63,7 milhões maior, e, é onde estão boa parte dos gastos administrativos do Tribunal, como manutenção em geral, terceirizações, e despesas administrativas em geral.

E, como colocado anteriormente, é a rubrica que mais apresenta problemas na execução do orçamento de 2016.

Os *investimentos*, nesta comparação, tiveram um aumento de 934,71%, passando de R$ 1,4 milhões, na dotação inicial de 2016 para R$ 14,5 milhões, no PLOA 2017.

---

[3] Note que houve uma diminuição entre a dotação inicial de 2016 e o PLOA de 2016 que era de R$ 371,8 milhões, conforme colocado na comparação anterior.

Em 2016, na tramitação entre o PLOA e LOA, foi inserido em praticamente em todos os Tribunais Federais, o Projeto/Atividade denominado de *Reserva de Contingência*.

A dotação inicial em 2016 era de R$ 12,6 milhões. E no PLOA 2017, não há nenhum montante para esse fim.

GND	*Dotação Inicial 2016*	*PLOA 2017*	*Diferença R$*	*Diferença %*
Pessoal e Encargos Sociais	1.827.102.497	1.853.220.319	**26.117.822**	**1,43%**
Outras Despesas Correntes	301.865.321	388.206.887	**86.341.566**	**28,60%**
Investimentos	1.405.417	14.542.026	**13.136.609**	**934,71%**
Inversões Financeiras	-	-	**-**	
Reserva de Contigência	12.642.996	-	**- 12.642.996**	**-100,00%**
TOTAL	**2.143.016.231**	**2.255.969.232**	**112.953.001**	**5,27%**

O *orçamento total* passou de uma dotação inicial R$ 2,143 bilhões para R$ 2,255 bilhões, no PLOA 2017, ou aumento de R$ 112,9 milhões, 5,27% a mais.

Nesse caso devendo ficar esse percentual de aumento, ainda abaixo da inflação.

Com relação aos Benefícios Sociais, a mesma situação exposta anteriormente:

> *" – Auxílio Funeral e Natalidade, Transporte, Alimentação e Assistência Médica e Pré-Escolar,* (agora na dotação inicial) *de 2016 havia uma dotação de R$ 114,0 milhões.*
>
> *No PL 2017 o montante é de R$ 122,7 milhões, portanto, com uma elevação de R$ 8,756 milhões ou de 7,68%, maior."*

Aux. Fun. e Nat., Assist. Med., Assist. Pré-Escolar, Aux. Transp., e Aux. Alim.	*2016 Dotação Inicial*	*PLOA 2017*	*Diferença R$*	*Diferença %*
BENEFÍCIOS SOCIAIS	**114.015.588**	**122.772.444**	**8.756.856**	**7,68%**

"A Assistência Médica e Odontológica teve aumento de 16,60%."

Comparativo da Dotação Autorizada de 2016

(*Até 27/9/2016*) e PLOA 2017

A Dotação Autorizada, é o valor relativo a dotação inicial, ou valores aprovados na LOA de 2016, mais os créditos suplementares e menos os cancelamentos da dotação, ocorridos até o dia 27/09/2016.

Até essa data, havia sido creditado no orçamento R$ 71,1 milhões, sendo R$ 26,0 milhões para o Auxílio Moradia. Dentre as várias movimentações realizadas no orçamento inicialmente aprovado para este ano.

Também não há alteração para as despesas de *pessoal e encargos sociais*, com relação as análises acima:

> *" As Despesas relativas ao GND de Pessoal e Encargos Sociais, tinham uma dotação autorizada em 2016 de R$ 1,827 bilhões. No PL de 2017 o montante é de R$ 1,853 bilhões. Assim houve uma elevação de R$ 26,1 milhões, ou de 1,43%....."*

As Despesas do GND 3 - *Outras Despesas Correntes*, que envolvem as despesas administrativas do Tribunal, e os benefícios sociais, em 2016 tinham dotação autorizada, sempre até o dia 27/09 de R$ 376,7 milhões, e, em 2017, no PL, de R$ 388,2 milhões.

Ou seja, houve um aumento de 3,04%, mais R$ 11,4 milhões.

Nesse aumento de dotação, inclui o pagamento do *Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Público,* ou Auxílio Moradia, em 2017, de R$ 26,7 milhões, e a dotação autorizada em 2016 era de R$ 26,1 milhões.

O Projeto/Atividade *Apreciação de Causas na JT,* que basicamente toda a dotação está inserida neste GND, teve uma elevação de 8,15%, e, como explicado anteriormente *"é onde estão boa parte dos gastos administrativo do Tribunal, como manutenção em geral, terceirizações, e despesas administrativas.*

Notadamente é a rubrica que mais apresenta problemas na execução do orçamento de 2016."

Na verdade, apesar desse aumento, ela ainda não atingiu o valor do PLOA de 2016 que era de R$ 251,1 milhões. No PLOA de 2017 o montante é de R$ 232,4 milhões.

Os *investimentos*, nesta comparação, tiveram um aumento de 40,92%, passando de R$ 10,3 milhões, na dotação autorizada de 2016 para R$ 14,5 milhões, no PLOA 2017.

Em 27/09/2016, toda dotação da reserva de contingência, já havia sido remanejada (cancelada), portanto, sem nenhum montante.

GND	*Dotação Autorizada 2016*	*PLOA 2017*	*Diferença R$*	*Diferença %*
Pessoal e Encargos Sociais	1.827.102.497	1.853.220.319	**26.117.822**	**1,43%**
Outras Despesas Correntes	376.750.055	388.206.887	**11.456.832**	**3,04%**
Investimentos	10.319.419	14.542.026	**4.222.607**	**40,92%**
Inversões Financeiras	-	-	**-**	
Reserva de Contigência	-	-	**-**	
TOTAL	**2.214.171.971**	**2.255.969.232**	**41.797.261**	**1,89%**

O *orçamento total* passou de uma dotação autorizada de R$ 2,214 bilhões para R$ 2,255 bilhões, no PLOA 2017, ou aumento de R$ 41 milhões, 1,89% a mais.

Já, com relação aos Benefícios Sociais – *Auxílio Funeral e Natalidade, Transporte, Alimentação e Assistência Médica e Pré-Escolar*, nesta comparação, ocorreu uma sensível piora.

A dotação autorizada 2016 é de R$ 125,5 milhões, e no PL 2017 o montante é de R$ 122,7 milhões, portanto, com uma redução de R$ 2,7 milhões ou de 2,18%, menor.

Aux. Fun. e Nat., Assist. Med., Assist. Pré-Escolar, Aux. Transp., e Aux. Alim.	*2016 Dotação Inicial*	*PLOA 2017*	*Diferença R$*	*Diferença %*
BENEFÍCIOS SOCIAIS	**125.505.328**	**122.772.444**	**- 2.732.884**	**-2,18%**

Na Assistência Médica e Odontológica a diminuição foi de 1,89%.

Com a dotação de 2016 já ocorreram inúmeros problemas, particularmente, em função dos aumentos além da inflação do Plano de Saúde, mantido pelo Tribunal.

Para 2017, haverá uma sensível piora, se não houver alteração nos valores destinados para esse benefício.

Assim, **em síntese**, em particular em relação a última comparação entre os montantes autorizados de despesas em 27/09/2016 e os valores do PL 2017, o aumento na dotação para *Outras Despesas Correntes,* não vai alcançar a inflação do período.

E, na principal questão da execução orçamentária de 2016, que é o Projeto/Atividade *Apreciação de Causas na JT,* o montante previsto para 2017, ainda é menor do que estava previsto no PL de 2016.

Considerando a inflação de 2016, significa que estará num patamar, bem inferior, em termos reais ou efetivos, do que os valores do PL 2016.

Outro aspecto tem que ser destacado é a diminuição também entre a dotação autorizada até 27/09 de 2016, e o PL 2017, quanto aos benefícios sociais, que tem uma redução de 2,18% no orçamento, ou de R$ 2,7 milhões.

Essa questão, também deverá ser um grande problema, na execução do orçamento de 2017 do Tribunal.

São Paulo, 04 de outubro de 2016.

Washington Luiz Moura Lima

Economista